



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Ata da Reunião Nº 47ª CT -Info/Cati
Fundo Setorial: CT-INFORMÁTICA

Data: 29/10/2014

Horário: 09:00:00 - 12:00:00

Local: CNPq – Sala Álvaro Alberto – SHIS QI 1, Bloco D, Ed. Alberto Santos Dumont – Lago Sul - Brasília/DF

1. Convocados

ALEXANDRE GARCIA COSTA DA SILVA (Membro Suplente) – Presente
ANDRÉ CASTRO PEREIRA NUNES (Membro Titular) - Ausente/Justificado
BENJAMIN BENZAQUEN SICSÚ (Membro Titular) – (Membro Suplente) - Presente
FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO (Membro Suplente) – Ausente/Justificado
IRECÊ FRAGA KAUSS LOUREIRO (Membro Titular) – Presente
JOSÉ GUSTAVO GONTIJO (Membro Suplente) - Ausente/Justificado
LUANNA SANT'ANNA RONCARATTI (Membro Suplente) – Presente
LUÍS MÁRIO LUCHETTA (Membro Suplente) – Presente
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO (Membro Titular) – Ausente/Justificado
NEY GILBERTO LEAL (Membro Titular) – Presente
NELSON FUJIMOTO (Membro Titular) – Ausente/Justificado
NILTON ITIRO MORIMOTO (Membro Suplente) - Presente
RODRIGO OCTAVIO PEREIRA E FERREIRA (Membro Suplente) - Presente
SÉRGIO BAMPÍ (Membro Titular) – Presente
SIANG WUN SONG (Membro Titular) – Presente
VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA (Secretário Executivo) - Presente
WAGNER MEIRA JUNIOR (Membro Suplente) – Presente

2. Convidados

Adalberto A. Barbosa - MCTI/SEPIN – Presente
Alexandre Motta - CNPq – Presente
Fabio F. Costa dos Santos - MCTI/SEPIN – Presente
Francisco Silveira - MCTI/SEPIN – Presente
Elianne Prescott - MCTI/ASCOF – Presente
Hamilton H. Mendes - MCTI/SEPIN – Presente
Karina Domingues Bressan Vidal – Presente
Marcelo Souto Maior Monteiro - MCTI/SEPIN – Presente

3. Pauta da Reunião

1. ABERTURA
 - 1.1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO;
2. PNPC – PROGRAMA NACIONAL DE PLATAFORMAS DO CONHECIMENTO
3. ORÇAMENTO DO FNDCT 2014
 - 3.1. PLANO DE INVESTIMENTO 2014 APROVADO PELO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT;
 - 3.2. PLANO DE INVESTIMENTO 2014 DO FUNDO SETORIAL;
 - 3.3. BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES AUTORIZADAS PELO COMITÊ EM 2013 E 2014;
 - 3.3.1. Apresentação da FINEP; e
 - 3.3.2. Apresentação do CNPq;
4. CENÁRIO 2015 (PLOA)
5. OUTROS ASSUNTOS
 - 5.1. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2013;
 - 5.2. APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO FUNDO;
 - 5.3. APROVAÇÃO DO REGIMENTO E MANUAL OPERATIVO.

4. Discussões dos Assuntos em Pauta

O Secretário Executivo do Comitê Gestor realizou a abertura da reunião cumprimentando a todos e solicitou que cada membro se apresentasse tendo em vista os novos membros presentes. Em seguida efetuou alteração na pauta passando em primeiro lugar para sua apresentação intitulada “Avaliação do Período 2011 – 2014 do Comitê de Tecnologia da Informação CT – Info/Cati”.

O Secretário Executivo do Comitê Gestor iniciou sua apresentação mostrando no primeiro slide os Blocos Básicos da Política de TI no país são Hardware: - Prorrogação da Lei de Informática (2024), Portaria 950, - Plano de análise dos RDAs, e Centros de P&D; Microeletrônica: - CI-Brasil, Rede Sibratec e – PADIS; Software: - TI-MAIOR e Outras: - Implantação do Centro de Computação Petaflopica LNCC-BULL, - Instalação de dois datacenters (Huawei), Manaus e Recife, - NETmundial – governança da internet, - Chamadas Coordenadas com a União Europeia. Em termos do setor de Hardware e dispositivo foi ressaltado três pontos importantes: 1. obtenção da prorrogação pelo Congresso da lei de informática (2024), nas condições dos incentivos hoje em dia vigentes que são a redução do IPI, que haveria uma queda no próximo ano, e foi mantido um patamar até 2024, ou seja, a indústria tem dez anos de horizonte com o mesmo nível de incentivos para modernizar e para conseguir um maior nível de exportação. Esse foi um papel importante do Congresso, porém teve ação efetiva do Ministério e da Secretaria no apoio aos parlamentares. Ainda, outro ponto importante é a gestão da portaria nº 950 que é o certificado de bens desenvolvidos no país, que tem sido cada vez mais usado por outras unidades e outros órgãos do governo na execução de suas políticas industriais. Chamou atenção para o caso do Ministério das Comunicações que usou a portaria nº 950 nos leilões como exigência, e que, parte dos equipamentos das operadoras que ganharam a concessão desses leilões têm que ter a portaria nº 950 e PPB [?]. A portaria nº 950 é hoje amplamente conhecida pela indústria e largamente utilizada por vários órgãos do governo nas políticas de compras públicas e nas facilidades de financiamento, tanto na Finep quanto no BNDES; 2. O encaminhamento da solução da questão dos relatórios demonstrativos de aplicação de P&D[?] que se tinha um passivo de 2006, aproximadamente 3 mil RDAs não analisadas e que finalmente, com a participação do CTI, isso está sendo equacionado. Os últimos pontos já saem agora para começar o processo de análise em novembro. Espera-se que até 2016 já se tenha limpado o estoque de 3 mil RDAs passados e deixados junto com essa ação um conjunto de instrumentos de informática pra facilitar esse processo de análise dos RDAs; 3. Outro ponto importante, ainda relacionado à lei de informática e a CGTE, é uma análise/iniciativa que tem sido feita visando colocar os centros de P&D que recebem os recursos da lei de informática em um processo de auto avaliação e, também, de avaliação externa pelo MCTI visando obter a médio prazo mais resultados desses investimentos de P&D que são obrigatórios pela lei de informática. No que se refere a Microeletrônica, inclusive, tem-se presentes dois representantes que fazem parte da história da Microeletrônica, o prof. Nilton Morimoto e o prof. Sergio Bampi, que são responsáveis pela execução, junto com o Henrique Miguel da SEPIN e os técnicos que lá trabalham, do programa “CI-Brasil” e da “Rede Sibratec”. O programa CI Brasil já teve investimento na ordem de 110 milhões de reais em formação de recursos humanos, e ele é implementado pelo CNPq, mas tem ações da Finep também e é um programa chave na formação de engenheiros e projetistas de microeletrônica que hoje começa a mostrar uma indústria um pouco mais forte. É o CI-Tec [?], a HTML Crom [?], a SIX [?] em Belo Horizonte, a SMART [?] em São Paulo. Já se tem uma série de empresas já produzindo bens de microeletrônica. Quanto ao PADIS, este sofreu vários aperfeiçoamentos nos últimos anos para permitir uma ampliação maior dos benefícios, que hoje é utilizado por nove empresas que têm acesso aos incentivos do PADIS. Então, tem-se ações que são estruturantes/formação de pessoa (CI-Brasil e Rede Sibratec) e incentivos para indústria (PADIS), ainda, se tem as ações diretas do Ministério como, por exemplo, o CI-Tec [?], que é uma indústria, e as outras indústrias. Talvez neste ponto não seja necessário uma maior quantidade de recursos, mas ações são continuadas e são importantes. Em Software teve o lançamento em 2012 do programa TI-Maior. Será feita uma avaliação de cada uma das atividades. Em seguida, se tem outro conjunto de atividades não diretamente encaixáveis nos três blocos anteriores, mas que são fundamentais para o fortalecimento do setor de TICs no Brasil. São elas: 1. “Implantação do Centro de Computação Petaflopica LNCC-BULL”, que será implantado em Petrópolis, em uma aquisição de um supercomputador da BULL e a instalação de dois centros, um de pesquisa da BULL em Petrópolis e um centro de desenvolvimento de software para óleo e gás que vai ser colocado na Ilha do Fundão [?] junto com a COPI [?]. Isso será muito importante para a cyber-infraestrutura do país, ou seja, os pesquisadores do país vão ter agora recursos operacionais compatíveis entre os quinze maiores instalados no mundo em termos de capacidade computacional. Neste ano os desembolsos para realização disso foram feitos através das ações transversais do FNDCT na ordem de R\$ 60 milhões e tem mais uma parte no ano seguinte; 2. Outro ponto importante é a “instalação de dois datacenters (Huawei), Manaus e Recife” que foi uma doação da Huawei, mas depois teve um grande investimento do MCTI para essa instalação, sendo um em Manaus e outro em Recife; 3. Outra ação importante foi a governança global da internet, seguindo a determinação da presidente Dilma, realizou-se em abril a NETmundial; 4. E as “Chamadas Coordenadas com a União Europeia” que foi implementada junto com o CNPq, a primeira chamada coordenada na área de TICs - Brasil União – Europeia, sendo que na primeira foram selecionados cinco projetos e na segunda foram selecionados quatro projetos. A primeira já foi concluída e a segunda esta em fase de andamento. Foram submetidos sessenta propostas e selecionadas apenas quatro projetos, os projetos estão em andamento e se está sendo trabalhado para viabilizar a terceira chamada coordenada que vai ser lançada em 2015 e o edital a partir de dezembro fechando em abril para mais três anos a partir de 2016 e é uma chamada coordenada de pesquisa entre Universidades e Empresas do lado brasileiro e Universidades e Empresas do lado da União Europeia. A União Europeia só tem esse tipo de acordo com o Japão e com o Brasil e é considerada, talvez, a mais bem sucedida realização da União Europeia em cooperação internacional com o Brasil. Em seguida, se tem outro conjunto de atividades não diretamente encaixáveis nos três blocos anteriores, mas que são

fundamentais para o fortalecimento do setor de TICs no Brasil. São elas: 1. “Implantação do Centro de Computação Petaflopica LNCC-BULL”, que será implantado em Petrópolis, em uma aquisição de um supercomputador da BULL e a instalação de dois centros, um de pesquisa da BULL em Petrópolis e um centro de desenvolvimento de software para óleo e gás que vai ser colocado na Ilha do Fundão [?] junto com a COPI [?]. Isso será muito importante para a cyber-infraestrutura do país, ou seja, os pesquisadores do país vão ter agora recursos operacionais compatíveis entre os quinze maiores instalados no mundo em termos de capacidade computacional. Neste ano os desembolsos para realização disso foram feitos através das ações transversais do FNDCT na ordem de R\$ 60 milhões e tem mais uma parte no ano seguinte; 2. Outro ponto importante é a “instalação de dois datacenters (Huawei), Manaus e Recife” que foi uma doação da Huawei, mas depois teve um grande investimento do MCTI para essa instalação, sendo um em Manaus e outro em Recife; 3. Outra ação importante foi a governança global da internet, seguindo a determinação da presidente Dilma, realizou-se em abril a NETmundial; 4. E as “Chamadas Coordenadas com a União Europeia” que foi implementada junto com o CNPq, a primeira chamada coordenada na área de TICs - Brasil União – Europeia, sendo que na primeira foram selecionados cinco projetos e na segunda foram selecionados quatro projetos. A primeira já foi concluída e a segunda esta em fase de andamento. Foram submetidos sessenta propostas e selecionadas apenas quatro projetos, os projetos estão em andamento e se está sendo trabalhado para viabilizar a terceira chamada coordenada que vai ser lançada em 2015 e o edital a partir de dezembro fechando em abril para mais três anos a partir de 2016 e é uma chamada coordenada de pesquisa entre Universidades e Empresas do lado brasileiro e Universidades e Empresas do lado da União Europeia. A União Europeia só tem esse tipo de acordo com o Japão e com o Brasil e é considerada, talvez, a mais bem sucedida realização da União Europeia em cooperação internacional com o Brasil. Quanto aos Centros de P&D, que recebem os recursos da lei de informática, foi feito um workshop em campinas há três semanas atrás, onde estiveram presentes trinta centros, e será mostrado porque foi feito. O objetivo é junto com a indústria e com esses centros acharem-se maneiras mais eficientes de utilizar esses recursos obrigatórios da lei. O motivo da reunião que foi feita em campinas com todos os centros credenciados no CATI são a [slide 5] “necessidade de acelerarmos a inovação no setor de TI”, a “evolução do ecossistema brasileiro da indústria de TI no Brasil”, a “quantidade de recursos investidos em P&D pela Lei de Informática”, e a “busca de novos modelos e arranjos para P,D&I no Brasil”.

[00:19:03] [slides em branco] Quanto aos ecossistemas de pesquisa e desenvolvimento e inovação no Brasil, eles são compostos pelos programas acadêmicos nas universidades que fazem pesquisas mais desvinculadas de sua aplicabilidade. Esse ecossistema contém esses centros credenciados pelo CATI para receber os recursos da lei de informática. Ainda, esse ecossistema tem, também, os laboratórios de governo, tipo LNCC e Beiquiti RLP [?] e as universidades. Esse é o conjunto que tem que gerar inovação para a indústria. O desejo de ver modificações é porque essas inovações não são tão claras e evidentes para sociedade brasileira. Durante o processo de negociação com o Congresso para prorrogação da Lei de Informática, a pergunta era: por que renovar a lei de informática e o que isso trás para o Brasil? Era respondido que a lei de informática não só emprega as indústrias que produzem com os incentivos da lei de informática, empregam por volta de 130 mil pessoas, 8 mil pessoas com nível superior, os investimento em P&D são esses. Mas, mesmo assim, os deputados questionavam “onde está a inovação?”, “quais são os produtos brasileiros que são inovadores?”, “qual é a exportação do setor?”. Não era possível ser tão claro na resposta. Essa é uma preocupação que levou a essa reunião com a necessidade de saber o que precisa ser mudado, sem ser a lei, para tornar o uso desses recursos mais eficientes.

[00:21:00] [slide 9] Quanto a captação de recursos de investimentos em P&D, nos últimos três anos os investimentos em centros de P&D foram da ordem de R\$ 1.162.000.000,00 [00:21:10], é um recurso significativo, ainda, é um recurso privado aplicado pelas empresas nos centros credenciados pelo CATI. Os centros são demonstrados nos slide, porém seus nomes foram omitidos. O centro “A” recebeu em três anos R\$ 322.464.000,00, o centro “B” recebeu R\$ 240.896.000,00, o centro “C” recebeu 143.295.000,00, o centro “D” recebeu R\$ 103.175.000,00. O slide apresenta os dados dos demais centros. O direcionamento desses recursos é uma decisão das empresas, o governo não tem nenhuma interferência nisso. O que gostaria que se vê-se seria que esses R\$ 1,182 bilhões gerassem mais inovação, gerassem mais produtos inovadores, gerassem mais negócios para o país. Essa é a pergunta é a pergunta colocada para esses centros. É preciso que isso gere recursos, quando se fala no pré-sal, a Petrobras investe muito, investe mais de 1 bilhão de reais por ano. Nós investimos uma quantia significativa, apensar de não termos um Pré-Sal na área de TI, é preciso achar grandes produtos na área de TI. Esse é um ponto que o presidente do CT-Info gostaria de compartilhar os demais membros.

[00:22:53][slide10] No que se refere ao Dispendio Nacional em P&D, em 2011 foi da ordem de 49,99 bilhões, correspondente a 1,21 % do PIB. A expectativa é que nesse novo manto da presidente Dilma, venha ser aumentado o percentual do PIB aplicado em P&D. Desse total, 52,8% foram de dispêndios públicos e 47,2% privados. Ser for observado os países desenvolvidos e os países que têm economia mais competitiva, esses investimentos são muito maiores. São da ordem de 2%, observando a China, Coreia, Estados Unidos e os países da União Europeia.

[pulou o slide 11]

[00:23:33] [slide 12] “Por que P&D”, esse é um ponto. Uma ação importante do CATI é sobre os recursos de investimento em P&D. Os recursos que são colocados no FNDCT e que vão ser discutidos pelo CATI são recursos basicamente para pesquisa e desenvolvimento. É preciso ter a convicção que P&D é chave.

[00:24:08] [slide 13] O presidente apresentou uma parte de uma matéria do “The Wall Street Journal [?]”, onde mostrava os custos do aparelho Aple iPhone 6 e do Aple iPhone 6 plus. O aparelho custa no mercado \$650, o custo das peças \$200, e o trabalho/mão de obra \$4. O que o Brasil faz com a Lei de Informática, em geral, de dar os incentivos para isso [?]. É muito pouco o que é acrescentado em termos de adicionar valor. Os componentes grandes são display, memória, os processadores de comunicação, o processado principal, mas mão de obra barata significa muito pouco. É preciso pensar pra frente, revisões do PPB[?], tem que se pensar pra frente em maneiras de investir em P&D, onde estão os valores. Em ambos os casos, o leigo[?][Laygor?], o trabalho que é o que o PPB privilegia, ou seja, a montagem. O presidente usou as palavras do Sr. Silveira e disse que “às vezes a montagem é quase o que uma Casas Bahia faz, abre caixa e fecha caixa”, é muito pouco o que se cresce de valor, isso é algo que tem que ser pensado. Esse é o fórum adequado para pensar nessas questões.

[00:25:52] Foi acrescentado pelo membro da mesa [Benjamim] que, no smartphone, o que é agregado no Brasil em relação a custo, chega na faixa de 6 a 7%. De 6 a 7% tem-se 4% de coisa de caixa, manuais, envelopamento etc. Os outros 3% que sobram são só acessórios, carregador etc. Na verdade, na discursão da Lei de Informática nessa renovação, é difícil fala isso externamente em como vai ser colocado isso, a Lei de informática teve duas contrapartidas, uma que deu certo que é o P&D, tem resultados, pode ser muito melhor, mas se tem resultados; e uma que não deu certo, que é a questão da agregação de valor do PPB[?]. O que acontece é que se gasta extremamente mais tempo da máquina pública e de emoção do PPB, que não é uma coisa emocional, e se gasta muito menos no P&D, que é onde devemos alocar. Como fazer isso é uma questão complexa, e difícil de ser mudado, se for feito uma análise prospectiva do futuro em relação a componentes, o que o mundo tá trabalhando com componentes, tem-se que mudar trato que se tem componentes. Tem-se uma enorme possibilidade de trabalhar com semicondutores do futuro para serem semicondutores segmentados por aplicabilidade etc. e essas grandes fábricas não vão existir no Brasil. Tem que mudar o discurso, porém é difícil, foi falado muito repetitivamente durante o ano e agora mudar o discurso é complicado. Discutiu-se muito na ABIN[?] isso, a ABIN trabalhou muito na Lei de Informática e os documentos que foram entregados para o governo apontam nessa direção. Hoje a contrapartida é muito de Hardware, é muita de coisas físicas de hardware, onde se tem que mudar isso. O benefício está na área de software, está na área de conhecimento embarcado e coisas do tipo. No restante é uma constatação, não foi conseguido naqueles componentes sucesso nenhum, e o pior, os componentes que agora estão sendo cumpridos pela Lei de Informática pela contrapartida são acessórios, que são produzidos por empresas multinacionais, no geral, que são associados a essas empresas montadoras finais que não deixam nada aqui. Isso é uma realidade que deve ser enfrentada. Em uma lado você tem 10 mil pessoas trabalhando em todo ano, um bilhão investido, tem-se muito de software desenvolvido, poderia ser muito melhor; do outro lado o resultado em componentes, ou talvez desistir de vários deles, ir em um ponto, tem-se que rediscutir. Gasta-se extremamente mais na solução e uma coisa que não dá certo e gasta-se muito pouco no que deu certo. Entrando no ponto “o que foi feito”, na discursão da Lei de Informática ficou certo que é necessário alguns ajustes, o primeiro a prorrogação, tem que ser feito ajustes de todas as formas. Falando a nível da CNI[?] tem-se dois pontos a ser lembrados, o primeiro é a atualização daquele nível das pequenas e médias empresas que aplicam e que são obrigadas a não fazer o externo, que está em 15 milhões desde o início, tem que jogar um volume um pouco maior, a sugestão é 30, 40 [?] para permitir que as pequenas e médias empresas possam fazer coisas, porque hoje elas não conseguem fazer; a segunda, é um lugar que é um volume de dinheiro muito grande que tem que ser tratado a questão da tese que começou a surgir do reinvestimento, em todo lugar que teve regulação no Brasil teve uma série

de penalidades aplicadas e por várias razões não foram cumpridas pela indústria, e nesses lugares surgiram então as teses de pegar aqueles recursos que seriam pagos via penalidade e que iriam para o superávit primário e serem reinvestidos no setor. Isso aconteceu na ANATEL com os tacs[?], onde serão 6 bilhões a serem investidos, Isso aconteceu na ANEL[?], isso acontece com os Broadcasts dentro do Ministério das Comunicações, ANNTT e vários. Os reguladores que não tem isso estão a procura disso. Agora terá avaliação de todos nossos relatórios, não só aqui como também em Manaus, e vão surgir uma série de volume de glosas razoáveis. Essas multas são uma das fontes de receita do CATI, ou deveria ser. Vão ser vultuosas e da parte da indústria tem um problema muito sério porque as indústrias fizeram um investimento, como os relatórios não foram analisados, provavelmente alguma coisa que não seja aceita foi repetitivamente errada persistentemente e vai dar glosa. Começou a surgir a ideia de fazer a tese do reinvestimento, ou seja, invés de isso ir para o Tesouro, fazer com que isso seja recolocado no setor de P&D para não perder esses recursos. Uma questão importante, que já está sendo discutida nas entidades e no MCT, e vai ser uma mudança na legislação, que é fruto de uma reflexão do CATI, que é na hora de reinvestir, como será feito o reinvestimento. Se for trabalharmos nesses critérios com inteligência será colocado muito recurso para alimentar esse setor todo. A primeira proposta que surgiu e que foi acatada no Amazonas, pela sociedade e pelos institutos do Amazonas, já têm adesão de mais da metade das Indústrias do sul, é você mudar o critério. Na Amazonas tese informada teve aprovação total e a nível das indústrias da ABIN mais da metade já aceitaram que se mude os critérios. A proposta é que os critérios sejam 10% vão para algum programa do governo de investimento que tenham alguma importância, por exemplo, algo de microeletrônica, 10% de um programa que tenha uma importância relevante para o sistema econômico. Esses tipos de critérios também foram feitos na ANATEL e tem funcionado bem. Em segundo lugar, o problema das gloses maiores está no investimento interno das empresas, a proposta é que 20% do máximo seja investimento interno das empresas, com isso diminuirá a possibilidade de gloses futuras, e que 40% no mínimo sejam investimentos de Universidades Públicas, porque teoricamente nas Universidade Públicas não deveriam ter gloses. Com isso, também, se força as empresas nesses recursos a trabalharem junto às Universidades Públicas, porque não adianta somente fazer o discurso se não puder induzir. É importante esse conselho aproveitar um pouco dessa discursão para se ter no CATI alguma sugestão nisso que vai ser discutido se parte-se do pressuposto que o modelo é melhor ser reinvestido do que ir para o Tesouro. [00:35:21] Em seguida, o presidente do comitê retomou a palavra e disse que as ideias do Benjamim são bem vidas e que o CATI é o local ideal para isso ser discutido, mas antes disso acontecer tem que ser feito não somente uma discursão, mas isso deve passar pelo Congresso e que isso não é uma decisão do MCTI reusar esses recursos dessa forma, esse termo de ajuste que foi mencionado vai ter que ter provavelmente uma modificação na lei. Já foi consultado a Conjur e o Jurídico não sente que se pode ser feito isso, então provavelmente tem que vir algum decreto, mas o local de começar a discursão é neste local. [00:35:53] O membro Benjamim disse que o presidente do comitê está correto e que a mudança tem que ser na lei porque tem recurso Tributário e etc. para não ter discursão. Porém, é importante que tanto no Amazonas como na ABIN, a questão é fazer obviamente uma proposta com sempre foi que seja aceita e concensada com o MCTI. O MCTI irá anuir “e nós iremos brigar no congresso”. É importante o CATI se manifestar e dar opiniões para formatar essa proposta que vai ser feita. [00:36:26] O Presidente comitê interveio dizendo que isso deverá vir para o CATI de uma maneira mais formal e organizada, pois está sendo colocado os pontos principais, mas tem que ser discutido em cima de uma proposta concreta. [00:36:37] O membro Benjamim sugeriu que fosse feito eletronicamente, pois se a próxima reunião do CATI for realizada no final do ano seguinte, provavelmente este tema seja discutido antes no Congresso. O membro se comprometeu a fazer um texto, e se for permitido pelos demais, será enviado por e-mail, todos poderão dar uma opinião e via eletronicamente formatar as razões que o Conselho tem para aderir, ou não, e sugerir melhorias nisso.

[00:37:23] Outro membro perguntou se a penúltima modificação da Lei já previu a destinação desses recursos que são recolhidos, se previu a questão do prazo, meses, se previu uma TJLP[?], se previu uma taxa de juros, e que esse recurso entraria para um “negócio” chamado PADSTI – Programa de Apoio ao desenvolvimento do setor de Tecnologia de Informação. Pediu um esclarecimento, o PADSTI que já está na Lei, que já prevê que as empresas aportam com aquele prazo com correção monetária pela TJLP etc. já não é ela própria a destinatária desse recurso, ou seja, se nada do que o Benjamin falou vira Lei no Congresso, não fica o status quo como esse PADSTI não é de fato alguma coisa que ficou no limbo do ponto de vista de execução, seja pela parte do Ministério, seja pela parte das empresas. Gostaria de ter o esclarecimento de qual é o mecanismo, porque a Lei atribui, depois do regulamento da lei, responsabilidades a esse Comitê que “sinceramente nós não temos pernas” e nem temos feito isso nos

últimos 15 anos porque simplesmente a Lei espera mais desse Comitê do que ele tem tido condições de entregar e fazer, inclusive, parece que o relatório/avaliação que acontece a cada dois anos é uma coisa que o CATI tem alguma responsabilidade mesmo que subsidiária. A pergunta para o Setor Empresarial é quanto ao PDASTI se tem uma proposta específica para este, pois já deve ter recolhimentos nos últimos três ou quatros anos desde que foi feita aquela emenda à Lei por uma lei.

[00:39:41] O membro Benjamim disse que quanto a esse problema central, os outros órgãos usaram muito o mecanismo do TAC (termos de ajustes de conduta) como era do Ministério Público, nesse caso do reinvestimento como tem um envolvimento tributário, porque se faz investimento com contrapartida de isenção, então é muito discutível isso, porém o consenso geral hoje, tanto da parte jurídica do MCTI, como na parte jurídica da ABIN [?], ou pelas empresas do Amazonas, é que é melhor fazer um novo dispositivo legal, porque ele não entraria em discussões de como vai ser reaproveitado etc. e seria um novo mecanismo legal.

[00:40:20] O presidente do comitê disse que PDASTI é hoje aceito e as empresas que tem a gloses estão pagando, ou seja, se nada fosse modificado continuaria sendo o PDASTI a destinação desses recursos, porém esse PDASTI não permite que se faça o uso que o Benjamim está propondo, por exemplo, reinvestir dentro da empresa, nada disso pode ser feito. Ele vai para o Tesouro, o Tesouro passa uma parte para FINEP que não tem sido possível implementar o uso desses recursos pelo CATI.

[00:40:55] O membro Benjamim continuou dizendo que se tem uma disposição do setor produtivo de resolver isso da maneira mais rápida possível para investir em P&D, é uma questão que é uma necessidade que os mecanismos do arcabouço permita isso, caso contrário, quando sair os relatórios das gloses continuará por mais um longo tempo discutindo questões técnicas etc.

[00:41:16] O presidente do Comitê interveio dizendo que quando sair o relatório, da forma que for, tem que começar a pagar, não tem discussão. Hoje é o que ocorre nas empresas que foram glosadas, pagam através da GRU e isso vai para o PDASTI. O que se está discutindo é uma melhor maneira de fazer o uso desses recursos. Esse é o ponto. No entanto, já existe juridicamente uma estrutura para isso que é o PDASTI. O presidente acha que a proposta da ABIN tem que ser considerada e deve ser trazida para o Conselho pra que seja discutida em termos reais. O presidente disse que aguarda uma proposta.

[00:41:53] O membro Benjamim disse que entregará a todos a nível embrionário, e que não será a proposta que vai ser entregue para o Ministério. É uma proposta das empresas que fizeram isso a nível da ABIN, que será entregue aos conselheiros para que eles se manifestem quanto a isso.

[00:42:08] [Sem áudio – pergunta ao Benjamim[?]]

[00:42:14] O membro Benjamim respondeu “os institutos”, 10% para algo do governo, programas multiespeciais e etc.; 20% no máximo para algo internamente, que é onde se dá os problemas de gloses; 40% no mínimo para instituições públicas (Universidades Públicas); e os outros 30% para os órgãos aprovados pelo CATI. Isso no sentido de que se cria um critério onde erre-se menos, porque, então, teoricamente nas Universidades Públicas tem-se menos probabilidades de erros; forçar mais as indústrias trabalhar mais com as Universidades Públicas e a parte interna se diminui os riscos de erro.

[00:43:15] O Presidente do Comitê continuou dizendo que este ponto ficou colocado como uma ação. [slide 14] O presidente lembrou a pergunta do início da apresentação: “porque P&D?”. Hoje as empresas que mais faturam no mundo são aquelas que mais investem em P&D, a indústria farmacêuticas e as indústrias de TI. O presidente mencionou algumas empresas e lembrou que não tem nenhuma brasileira nesse setor. O presidente disse que esse quadro [slide 14] é recente e que será encaminhado para os demais membros.

[00:44:25] [slide 15] Foi apresentada algumas empresas de TI e seus investimentos, que vão de 2% a 60% (Tesla Motors), e também 27% (Facebook), do faturamento em investimentos em P&D. A Tesla é uma empresa de veículos elétricos que faz bastante sucesso nos Estados Unidos. O importante deste quadro é que P&D, Inovação e faturamento andam juntos nessa história.

[00:44:55] [slide 16] Dentro desse ecossistema mencionado, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, tem-se que ajusta-lo para obtenção de mais resultados, onde se tem as Universidades; os centros

credenciados pelo CATI, que receberam 1,6 bilhões; e tem os centros globais de P&D, que foi uma ação específica que foi feita nesses quatro anos para trazê-los para o Brasil e foi feito, também, uma reunião no Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão (?) para ver o que está sendo feito e quais são as demandas importantes para que se pudesse ajudar a fortalecer as atividades no Brasil. Um dos pontos importantes é mostrar que esses centros de P&D globais são um destino importante para os cursos de pós-graduação e para os pesquisadores, ou seja vida fora da academia, criar oportunidades para pesquisadores e alunos de pós-graduação em centros de P&D da iniciativa privada, das empresas.

[00:45:59] [slide 17] A apresentação é uma das ações do TI maior – Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação.

[00:46:03] [slide 18- pulou slide]

[00:46:04] [slide 19] Para inserir o Brasil nesse ecossistema global de inovação, pois o Brasil tem algumas características interessantes, tem um mercado muito grande, tem talentos que vem dos programas de pós-graduação, oferece uma plataforma interessante para países em desenvolvimento, ou seja, tem várias características que tem atraído esses centros de P&D para o Brasil, respondendo a pergunta do slide: “por que investir em P&D no Brasil?”.

[00:46:38] [slides 20 e 21] É apresentado em tela as diretrizes, cuja a meta é fixar quatro centros globais de P&D no Brasil. Foi ultrapassado em 50% essa meta. Os primeiros quatro centros que fizeram um acordo de colaboração com o MCTI para instalação do Brasil foram a Microsoft, com um laboratório no Rio; a TL Advantage Technologic Leb (?); a Intel, através do modelo distribuído que eles possuem; a EMC, que tem um grande centro de P&D no Brasil já com um número expressivo de doutores; a SAP, que ampliou as atividades de desenvolvimento no Rio Grande do Sul; e recentemente, na vinda do presidente chinês ao Brasil, a presidente enviou a assinatura de dois termos de compromisso da Huawei e da Baidu. Foram seis centros que assinaram com governo brasileiro a instalação e que estão trabalhando na localização deles, a maior parte se encontra em São Paulo, a SAP no Rio Grande do Sul, a Baidu ainda não decidiu qual o local que será instalada e a Huawei aparentemente será em São Paulo também.

[00:46:40] [slide 22] Ainda, foi feito um edital novo, com a parceria forte do CNPq, de bolsas para os centros de P&D no Brasil, não só globais, mas também centros de P&D de empresas brasileiras. Foram selecionados seis [?cinco] propostas: IBM, Intel, CPQD, Freescale e o Instituto de Tecnologia da Vale que foram selecionador por esse edital. Teve mais de 34 propostas e mostra a vitalidade do setor e o objetivo desse edital é permitir que pesquisadores brasileiros em Universidades e alunos de pós-graduação passem períodos dentro desses centros, alguns provavelmente vão ser contratados, outros voltam para as Universidades, mas criam o canal de comunicação Universidade-Empresa.

[00:48:50] [slide 23- pulou slide]

[00:48:53] [slide 24] O Edital teve 37 propostas enviadas, 14 propostas avaliadas pela banca e 05 propostas foram recomendadas, da ordem R\$ 6,2 milhões em bolsas e esse valor deve ser ampliado para os próximos anos.

[00:49:08] [slide 25] Os resultados esperados são dinamização do ecossistema, é preciso fortalecer esse ecossistema criando as ligações entre Universidades, os centros de pesquisa das empresas, os centros credenciados pelo CATI, de modo que esse conjunto tenham interações muito mais frequentes e gere a inovação que é esperada no Brasil.

[00:49:37] [slide 26] Em uma avaliação resumida do TI-Maior, parte dos recursos foram aprovados pelo CATI.

[00:49:42] [Slide 27] As metas macro-objetivos do programa é ampliar o tamanho do mercado brasileiro, aumentar os investimentos em P&D. Essas são macro-metas para até 2020.

[00:50:04] [slide 28] As iniciativas do programa que compõe o TI Maior foram o START-UP BRASIL; O CERTICs, que é a certificação de tecnologia nacional pra compras do governo; os ECOSSISTEMAS DIGITAIS; o BRASIL MAIS TI, que é a capacitação e orientação do mercado de profissionais; a

ATRAÇÃO DOS CENTROS GLOBAIS DE P&D; INTELIGÊNCIA DE MERCADO; HUBS INTERNACIONAIS; e outras iniciativas.

[00:50:28] [slide 29] Os sei centros (Microsoft, Intel, EMC, SAP, Huawei e Baidu) que assinaram o memorando de entendimento com o MCTI preveem investimentos da ordem de 1 bilhão, que são investimentos privados, em quatro anos. Isso mostra o impacto desse plano de atrair, ressaltado que ele trata-se de investimentos privados.

[00:50:51] [slide 30] Os centros apoiados pelo MCTI através do edital 59/2013 do MCTI/CNPq são o IBM, Intel, CPQD, Freescale e ITV Vale.

[00:50:57] [slide 31] É apresentado em tela algumas metas quantitativas que foram colocadas pelo programa TI Maior. O Start-Up Brasil tinha com meta acelerar 150 startups com o uso de R\$60 milhões de recursos públicos e mais pelo menos 100 milhões de recursos privados. Quanto ao CERTICS, os investimentos para criar essa metodologia, e todo o arcabouço legal, era da ordem de R\$ 6,8 milhões. Nos ecossistema Digitais tinha-se a previsão de R\$ 430 milhões. Quanto ao Inteligência de Mercado tinha-se a meta de avaliar certas áreas. Quanto ao Brasil mais TI, se teve R\$ 25 milhões de investimento e como meta capacitar 50 mil profissionais até 2015. Ainda, teve Hubs Internacionais e os Centros de P&D. É importante destacar em relação ao plano TI maior que, quando foi lançado, foi proposto metas quantitativas, ainda, foi proposto um cronograma de realização muito rigoroso e foi cumprido todas as datas e prazo previstos.

No quinto e último item da pauta, em outros assuntos, o Secretário Executivo passou para aprovação do calendário de reuniões 1º Rodada março/14; 2º Rodada abril/14; 3º Rodada setembro/14 e a 4º Rodada dezembro/14; como também da aprovação do Relatório do Fundo de Tecnologia da Informação em 2012, onde ambos foram aprovados por unanimidade. O Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.